

Educação democrática e a questão racial em Florestan Fernandes¹

Ana Paula Lacerda Dornelles²

RESUMO

O trabalho perpassa pelos estudos realizados pelo sociólogo Florestan Fernandes no contexto das décadas de 40 a 60, nos pontos tocantes à educação democrática e à exclusão racial no Brasil. Ao refletir sobre os pensamentos e as obras do sociólogo, foi possível compreender que o mesmo pretende a educação como instrumento capaz de promover a mudança social, além de trabalhar as questões raciais e combater a discriminação sofrida pela população afro-descendente no Brasil. Conclui-se finalmente que a educação é um dos mecanismos, se não o mais importante, para conscientizar a população sobre a questão do racismo e promover uma educação democrática, a partir da reflexão sobre o pensamento de Florestan Fernandes. O objetivo foi fazer uma análise da contribuição de Florestan Fernandes para construção de uma educação democrática que proponha a inclusão racial. A análise de fontes foi baseada em várias obras do intelectual e a conclusão pode ser desenvolvida pela pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave

Educação democrática. Desigualdade racial. Mudança social.

ABSTRACT

Democratic Education and racial issues in Florestan Fernandes

The work permeates the studies by sociologist Florestan Fernandes in the context of the 40's and 60's decades, mentioning points in democratic education and racial exclusion in Brazil. To reflect on the thoughts and the works of the sociologist, it was possible to understand that he intends education as a tool capable to promote social change, in addition to working the racial issues and battle discrimination suffered by the African-descendant population in Brazil. It was finally concluded that education is one of the mechanisms, if not the most important, for public awareness on the issue of racism and promote a democratic education

¹ Artigo apresentado a I chamada de publicação da Revista On-line E-Hum – Revista Científica do Departamento de Ciências Humanas, Letras e Artes do UNI – BH.

² A autora é mestranda em Educação pela PUC-Minas, na linha de pesquisa Educação: Direito à Educação e Políticas Educacionais para os diferentes níveis e modalidades de ensino, é também bolsista do CAPES/PROSUP e orientanda do Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury. O objeto de pesquisa da sua dissertação é a lei 10.639/2003. Link para currículo *Lattes* da autora: <http://lattes.cnpq.br/2120984552828619>.

from reflection on the thoughts of Florestan Fernandes. The aim was to analyze the contribution of Florestan Fernandes to the construction of a democratic education that proposes the racial inclusion. The sources analysis was based on several works of the intellectual, and the conclusion can be developed by the literature research.

Keywords

Democratic education. Racial discrimination. Social change.

1 INTRODUÇÃO

“Em toda sociedade humana ocorrem coisas mais ou menos indesejáveis para certas camadas sociais ou para toda a coletividade. Essas coisas, quando chegam a ameaçar de algum modo o equilíbrio ou a continuidade das bases normais da existência, acabam se elevando ao campo da percepção e de consciência social do homem e sendo incluídas entre os elementos da situação que precisam ser modificados.”

Florestan Fernandes, 1966

O estudo caminha pelas reflexões de Florestan Fernandes em torno de dois pontos fundamentais na sua trajetória intelectual: a educação democrática e a questão da discriminação racial presente na sociedade brasileira. Pretende-se perpassar pela concepção de Florestan Fernandes sobre a educação como caminho para o processo mudança social para entender como a educação é uma instituição social capaz de conscientizar a população quanto à questão da exclusão racial e a discriminação sofrida pela população afro-descendente no contexto histórico brasileiro.

Este estudo vai ao encontro do objeto de pesquisa pretendido para a realização do Mestrado em Educação pela PUC Minas, sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Roberto Jamil Cury, no qual se trabalha a análise da elaboração e tramitação da lei 10.639 de Janeiro de 2003 – lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica – além de pretender entender a função dessa legislação na construção de uma política pública educacional.

Percorrer as obras de Florestan Fernandes ao longo de sua trajetória como intelectual, sociólogo e político, torna-se fundamental para verificar o que um estudioso e formador de opinião como esse considerou sobre o papel da educação na sociedade brasileira e, sobretudo

sobre a sua função de promover mudança social, além disso, pesquisar sobre seus pensamentos acerca da discriminação racial sofrida pela população afro-descendente no Brasil, inclusive no ambiente escolar.

O estudo de algumas obras, tais como “Educação e sociologia no Brasil”, “Mudanças sociais no Brasil”, “A integração do Negro na sociedade de classes”, “O Negro no mundo dos Brancos” dentre outros, responderam a algumas questões-problemas que contemplam o objeto de pesquisa pretendido:

- A Educação é significativa no processo de construção e conscientização da população brasileira, na tentativa de se combater a discriminação racial?
- Estudar a cultura e a história africana e afro-brasileira nos bancos escolares torna-se importante para educação e para o processo de formação da cidadania brasileira e a reflexão quanto à questão racial?
- A educação pode ser considerada como uma aplicação para o futuro e deve ter o mérito de construir o cidadão?
- Será que a Educação pode promover e incentivar políticas de reparações, que garantam iguais direitos para o pleno desenvolvimento de todos e de cada um?

Uma das conquistas levantadas pela bandeira do Movimento Negro, a lei nº 10.639/2003, apresenta também o objetivo de levar para crianças e adolescentes de escolas públicas e privadas, através da educação, a construção da identidade negra africana. Para a criação da lei 10.639, foram feitas consultas sobre questões objetivas, por meio de questionário encaminhado a grupos do Movimento Negro, a militantes individuais, aos conselhos Estaduais e Municipais de Educação, a professores que vêm desenvolvendo trabalhos que abordam a questão racial, enfim, a cidadãos empenhados com a construção de uma sociedade justa, independente do pertencimento racial de seus membros.

A diretriz em questão procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afro-descendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de integração e inclusão, e de reconhecimento e valorização de história, cultura e identidade. Ela trata da política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial (descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos) para interagirem na construção de

uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

Este tema nunca foi tão discutido quanto no presente momento na sociedade brasileira e pode trazer uma grande contribuição para a educação com resultados capazes de conscientizar a população quanto à diversidade racial e cultural presente na formação desta sociedade.

Cabe também aos sistemas de ensino e estabelecimentos de diferentes níveis converter as demandas dos afro-brasileiros em políticas públicas de Estado ou institucionais, ao tomarem decisões e iniciativas com vistas às reparações, reconhecimento e valorização da história e cultura dos afro-brasileiros, à constituição de programas de ações afirmativas, medidas que se tornam coerentes com um projeto de escola, de educação, de formação de cidadãos, que explicitamente se esboçam nas relações pedagógicas cotidianas. Medidas que necessitam ser compartilhadas pelos sistemas de ensino, estabelecimentos, processos de formação de professores, comunidade, professores, alunos e seus pais. (BRASIL, 2003)

No decorrer deste artigo, será possível perceber as respostas que Florestan Fernandes oferece aos problemas apontados pelo objeto de pesquisa. Para melhor entendimento, pretende-se apresentar primeiramente o tópico “Florestan Fernandes e os aspectos sociais da Educação no Brasil”, evidenciando a importante trajetória do autor para a educação brasileira, entendendo a sua concepção do papel social dessa instituição. Em “A educação e sua função de mudança social”, pretende-se uma reflexão acerca da função da educação como instituição capaz de mudar pensamentos e comportamentos sociais. Adiante, aborda-se a “questão racial na sociologia de Florestan Fernandes”, com o intuito de observar as obras do sociólogo no tange à questão racial e à discriminação sofrida pela população negra nesta sociedade, perpetuadas em toda a história do Brasil. E, sobretudo, buscando entender os mitos que esse intelectual quebrou em relação a essa temática, sendo um deles o mito da democracia racial. Finalmente, seguindo toda essa reflexão, percebe-se que há uma preocupação de Florestan Fernandes quanto à questão racial na educação. E mais, como a educação através de sua função social de promover a mudança, pode trabalhar a questão da discriminação racial construindo uma educação democrática.

A reflexão de hoje, feita em torno do olhar de Florestan Fernandes relativo à questão racial na educação contribuirá futuramente para a construção do arcabouço teórico da dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Educação da PUC Minas.

2 FLORESTAN FERNANDES E OS ASPECTOS SOCIAIS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

O intelectual Florestan Fernandes dedicou-se a estabelecer um padrão científico nas análises dos problemas sociais brasileiros. Com ele foi possível inaugurar no Brasil um novo estilo de pensar o passado e o presente. Com seus estudos ele pode revelar a formação, o desenvolvimento, as lutas e as perspectivas do povo brasileiro. Esse povo formado por populações indígenas, africanos trazidos como escravos, imigrantes europeus, entre outros.

Dentro dessa sociedade complexa, vários problemas foram detectados e denunciados por Florestan. Um dos graves problemas da sociedade brasileira constatados por ele foi a questão da educação. Florestan se preocupou com diferentes aspectos da educação brasileira, principalmente na luta pela educação pública e democrática de qualidade.

De acordo com Saviani (1996, p.78), Florestan encarou a educação como objeto de análise científica e como campo de intervenção prática, requerendo, de forma articulada, a contribuição do sociólogo e sua colaboração com os educadores na obra da reconstrução do sistema educacional brasileiro.

Florestan Fernandes observou a educação dentro de um quadro amplo que denomina de “revolução social brasileira”. Esse processo social iniciou-se com a desagregação do sistema servil e a implantação da República, dando abertura para uma sociedade democrática e igualitária de respeito à pessoa humana, à dignidade e aos méritos pessoais independente de quem seja cada indivíduo (MATUI, 2001)

Porém, a educação não acompanhou este ritmo de mudança e as instituições educativas precisaram de reformas complexas para que a educação acompanhasse o processo. As instituições estavam integradas entre si, sendo alheias e alienadas em relação à sociedade, não cumprindo assim o seu papel social, fechando-se para a população recém liberta que precisava se inserir no campo educacional.

Mais do que as condições estruturais do sistema educacional, Florestan preocupou-se com o papel que a educação havia adquirido na busca do equilíbrio e da paz social no período democrático de 1945 a 1964. Esse mérito devia-se a conquistas sociais e não a políticas governamentais, pois essas últimas continuavam não investindo em educação pública.

A grande campanha de Florestan Fernandes, no final dos anos 50, era pela escola pública democratizada. Uma educação que tornasse o acesso e a permanência cada vez maior nas classes baixas. Para Florestan Fernandes, através do conceito de “democratização da educação”

[...] pretende-se assinalar coisas que são distintas, como a universalidade de certas oportunidades educacionais, a transformação das técnicas e dos métodos pedagógicos ou uma interação aberta e construtiva da escola com as necessidades e os interesses sociais dos círculos humanos que ela sirva. Em termos sociológicos, o aspecto do processo de democratização do ensino está na distribuição equitativa das oportunidades educacionais.(1966, p.123).

Além da campanha pela defesa da escola pública e a democratização do ensino, Florestan atuou ativamente do processo de elaboração da LDB n. 9.394/96, vindo a falecer antes da sua promulgação.

2.1 A educação e sua função de mudança social

Perpassando pela república populista, pela ditadura militar e pela nova república, as obras de Florestan demonstram a sua preocupação com o Brasil e seu povo, seus entraves e suas superações. A questão da educação sempre esteve presente em suas discussões e com papel de destaque, assim como a Ciência, com a função de superação da dependência e de construção de um país democrático. Percebia a necessidade de definir métodos adequados para analisar processos que considerava centrais em uma análise sociológica – mudança social e cultural (aí via-se o papel da educação), relações raciais, a constituição da sociedade de classes, o capitalismo dependente.

Ele valorizava a capacidade intelectual nativa e motivava o intelectual a assumir sua responsabilidade social, posicionando-se politicamente de modo a contribuir com alternativas de mudanças para a sociedade brasileira tão dependente. Segundo suas palavras, “os intelectuais não fazem a revolução e as reformas sociais; mas eles são peças importantes de qualquer processo social de mudança”. (FERNANDES, 1963, p. 236)

Florestan trabalhou o conceito de mudança social em vários aspectos teóricos. Para ele (FERNANDES, 1979), as sociedades humanas sempre se encontram em permanente transformação, por mais estáveis ou estáticas que elas pareçam ser. Dedicou-se ao estudo da evolução da sociedade brasileira como um todo, desde a colônia até a atualidade, mas não como abordagem historiográfica e sim dentro de uma perspectiva sociológica, analisando a estrutura da sociedade brasileira desde seu início.

Para Chinelli (2005), Florestan acrescentou ao eixo estrutural-funcional e à dimensão histórica a necessidade de considerar a inserção de uma determinada sociedade no processo histórico mais geral.

Florestan observou os campos de valores e de cultura, identificando a dificuldade da sociedade em organizar as massas para buscar os interesses de classes. Com isso duvidava da possibilidade de transformação da sociedade brasileira rumo ao desenvolvimento de um capitalismo autônomo, pois os dinamismos econômicos, culturais, sociais e políticos, sempre se revelaram historicamente insuficientes para mobilizar o país no sentido da modernização e da autonomia. Foi por isso que ele dedicou seu trabalho intelectual ao papel da universidade e da ciência, refletindo sobre o papel da Educação na modernização e nas possibilidades de intervenção que ela promoveria na sociedade, sob um ângulo político, que pudesse fazer avançar o processo de “recuperação” do Brasil em seus aspectos econômicos, políticos e sócio-culturais.

“Existe uma interdependência estrutural e dinâmica entre a educação e a sociedade, em consequência da qual: 1º, a educação forma o homem; 2º, o homem define o valor social da educação.” (FERNANDES, 1966, p.71)

O intelectual estava convencido de que na luta contra o capitalismo dependente, a ordem social competitiva não tinha condições de promover a mudança e, para que as classes sociais dominadas pudessem conquistar o controle democrático, a educação era fundamental. Para Fernandes (1979), a educação constituía-se em importante fator de mudança em sentido progressivo.

“[...], toda a argumentação desenrolada tenta mostrar que um dos fatores que prejudicam o desenvolvimento da democracia no Brasil é a persistência de uma mentalidade política arcaica, inadequada para promover ajustamentos dinâmicos não só a situações que se alteram socialmente, mas que estão em fluxo contínuo no presente. [...] a contribuição que a educação sistemática pode oferecer para alterar semelhante mentalidade exprime, naturalmente, as tarefas políticas que ela pode preencher em uma esfera neutra.” (FERNANDES, 1979, p. 114)

Desde a década de 40 que Florestan se preocupava com a educação no Brasil. Mesmo apontado os graves problemas que o país enfrentava, de forma revolucionária, observava a função da educação na organização da sociedade brasileira. Para Florestan “a educação sistemática passou a ocupar posição central entre os fatores que concorrem, estrutural e dinamicamente, para o equilíbrio e a paz social.” (FERNANDES, 1960, p. 192-193)

Com o objetivo de intervir de forma racional e positiva na estrutura e no funcionamento do sistema educacional brasileiro, Florestan propôs a colaboração entre educadores e cientistas sociais, com o objetivo de formularem projetos capazes de contribuir para a elaboração dos meios necessários a uma mudança social provocada. Florestan

explicitou com clareza qual deveria ser a contribuição dos sociólogos empenhados na questão educacional brasileira:

[...] Trata-se de estabelecer uma ligação entre o que fazemos e o que deveríamos fazer, em matéria de ensino, e as nossas condições histórico-sociais de existência. Numa fase incipiente (em todas as regiões do País), de transição do conformismo tradicionalista para uma concepção democrática e dinâmica da educação, leigos e cientistas sociais vêem-se na contingência de travar um diálogo dramático sobre as raízes econômicas, políticas e socioculturais dos graves problemas educacionais com que nos defrontamos. Para desincumbir-se de suas tarefas, nesse diálogo, o sociólogo precisa ter a coragem de improvisar – de extrair de suas experiências diretas e das raras conclusões empiricamente fundadas ou comprovadas, reflexões que permitam alargar a nossa compreensão da realidade e do sentido das exigências da situação” (FERNANDES, 1966, prefácio)

Para ele, para que a educação atingisse a sua função de promover a mudança social, cabia ao sociólogo contribuir com duas tarefas (FERNANDES, 1966): trazer à consciência, em linguagem acessível aos leigos, a natureza social dos problemas educacionais brasileiros; e intervir na realidade para servir à sociedade, focalizando, de uma perspectiva sociológica, as implicações positivas e negativas dos problemas educacionais nas soluções que temos dado ou deveríamos dar a tais problemas.

Mesmo não sendo o objetivo deste trabalho, ao abordar o pensamento de Florestan nos anos 80 e até mesmo no final da sua vida, percebe-se que o autor acreditava que o país havia atingido um novo patamar histórico e que a pedagogia voltara a “ser a chave para a decifração do nosso enigma histórico”. Tratava-se de colocar novas tarefas aos educadores, para que pudessem formular respostas e atitudes que contribuíssem para a organização da sociedade. Era preciso propor uma reflexão e uma ação pedagógicas capazes de levar à revolução social, colocando o operário, o trabalhador agrícola, o negro e o homem pobre – os oprimidos – como sujeito principal do processo educativo. (FERNANDES, 1989).

3 A QUESTÃO RACIAL NA SOCIOLOGIA DE FLORESTAN FERNANDES

Florestan Fernandes, em seus estudos das décadas de 50 e 60, ao tratar da questão racial brasileira, faz o leitor pensar em questões como o processo histórico de mudança social no Brasil, na passagem de uma sociedade escravocrata e senhorial para a base mercantilista, na busca por uma sociedade inclusiva onde as diferenças não significassem desigualdade e sim pluralidade e riqueza cultural. Pensamos também nos índices gritantes de desigualdade de

acesso ao mercado de trabalho, diferenças salariais, o baixo acesso a uma educação básica de qualidade até a ausência do negro na universidade. (FOSTER, 2005).

Voltando um pouco na história, não é difícil lembrar que desde os meados do século XIX, as elites brasileiras preocupavam-se com o futuro do país, dada a mistura étnico-cultural da população. Essas elites eram influenciadas por teorias racistas européias e norte-americanas, que estabeleciam uma hierarquia entre as raças, colocando no patamar mais baixo, os povos orientais e negros.

Seguindo a história, na década de 30 (sec. XX), a ideologia conservadora não considerava a questão da discriminação racial como problema social e levantava-se a bandeira da democracia racial no Brasil. Nas décadas de 40 e 50, os estudos apontam que os preconceitos existentes no Brasil eram de classe e não de raça e, ainda assim, confirmava-se a noção de democracia racial.

Nesse contexto, o trabalho de Florestan Fernandes demonstrou a coragem deste autor em sinalizar as contradições de uma sociedade que se dizia democrática, aberta, e sem preconceitos. Ele rompe com o pensamento dominante sobre as relações raciais brasileiras de base culturalista, derruba mitos, pondo a nu uma realidade mitificada por representações e imagens estereotipadas. Elimina valores e paradigmas europeus de crenças e concepções racistas. (FOSTER, 2005, p. 134).

Ele descobre uma realidade construída por meio de conflitos, interesses econômicos e políticos que resultaram no processo de transformação e desenvolvimento social desigual e hierarquizado.

Com Florestan é inaugurado um novo parâmetro de análise da situação no negro no Brasil que, desde a abolição da escravidão e a sua inserção subalterna na sociedade, vê-se inserido em um quadro de discriminação. No passado não era visto como ser humano; depois sofre o abandono tanto do senhor quanto da sociedade e no presente se vê obrigado a conviver na condição de proletário urbano no nível mais baixo da sociedade.

Abolida a escravidão (MULLER, 76), não se formularam políticas públicas que integrassem os ex-escravos à sociedade brasileira. Nos primeiros anos da República, foram discutidas propostas de como deveriam ser os caminhos da modernidade e do progresso para o país. Não se discutia o papel do recém liberto no mercado de trabalho, na escola, nas demais instituições sociais.

A estrutura racial da sociedade brasileira, até agora, favorece o monopólio da riqueza, do prestígio e do poder pelos brancos. A supremacia branca é uma realidade no presente, quase tanto quanto o foi no passado. A organização da

sociedade impele o negro e o mulato para a pobreza, o desemprego ou o subdesemprego, e para o trabalho de negro. (FERNANDES,1972, p.70)

Florestan derruba um grande mito presente na sociedade brasileira que é o mito da democracia racial, rompe com a idéia otimista das relações entre as raças no Brasil, segundo a qual negros e brancos vivem em harmonia no país, de forma democrática e sem injustiças sociais. Para Florestan, esse mito esconde as desigualdades existentes em nossa sociedade e impede que negros se mobilizem na luta por seus direitos.

“A idéia de que existiria uma democracia racial no Brasil vem sendo fomentada há muito tempo. No fundo, ela constitui uma distorção criada no mundo colonial, como contraparte da inclusão de mestiços no núcleo legal das “grandes famílias” – ou seja, como reação a mecanismos efetivos de ascensão social do “mulato”. (FERNANDES,1972, p.26)

De acordo com Florestan (1972, p.70), democracia significa, “igualdade social, econômica e política. No Brasil, ainda hoje não conseguimos construir uma sociedade democrática nem mesmo para os “brancos” das elites tradicionais”. Para ele é uma confusão pretender que o negro e o mulato contam com igualdade de oportunidades diante do branco, em termos de renda, prestígio social e poder.

Com o desenvolvimento do capitalismo industrial no Brasil e conseqüentemente com a ascensão da burguesia, vê-se na sociedade uma reorganização do trabalho e o fortalecimento de uma classe que defendia os interesses do capital. A acumulação de riquezas, o mercado, o lucro exigiam dos trabalhadores um espírito competitivo que, pelas condições do escravismo, não permitiam que os negros se integrassem. Assim, eles permaneceram completamente desfavorecidos, em virtude dos mecanismos e critérios de seleção.

Em conseqüência disso, Florestan analisa a abolição como um fato histórico que, embora narrado por muitos historiadores como a libertação dos escravos, constitui-se mais em uma forma de escravidão camuflada em liberdade (FOSTER, 2005, p. 135). É nessa perspectiva que Florestan demarca a necessidade de se repensar a democracia brasileira, revendo a questão racial.

Em sua obra “A integração do Negro na Sociedade de Classes” (1978, v.2), Florestan Fernandes faz uma análise dos movimentos reivindicatórios dos negros e suas formas de protestos, constituindo um novo modo de organização do próprio negro que tenta sair da situação de oprimido por questões raciais.

Esses movimentos tiveram sua importância histórica, mesmo sendo ignorados ou mal interpretados pela classe dominante. E mesmo que eles não tenham alcançado os resultados

pretendidos, pois a situação do negro não mudou em função deles, esses movimentos demonstraram a capacidade de organização, mudando a ótica do negro acomodado.

Com tais movimentos, os negros puderam exigir que lhe fossem garantidos os direitos de cidadãos, entre os quais o direito à Educação para o trabalho.

Florestan que acreditava na educação como possibilidade de mudança social e caminho para construção da democracia, percebe que também na educação democrática é possível tratar das questões raciais e chegar à verdadeira Democracia Racial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: A QUESTÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO A PARTIR DE FLORESTAN FERNANDES

Florestan Fernandes propôs a construção de um projeto de educação democrática. O desafio agora é entender como a questão racial está inserida neste projeto.

É possível perceber que Florestan pensa a educação, combatendo as desigualdades vindas desde a colonização. Propõe uma educação descolonizadora, promotora de uma revolução nacional. Portanto, a questão racial na educação promoveria a saída da população negra do esquecimento e do silenciamento. Ele aponta a ausência da população negra no sistema educacional. Sendo assim, para democratizar a educação **sob** o aspecto racial, é necessário derrubar barreiras que impedem o acesso da população negra ao ensino em seus diversificados segmentos.

É crítica do sociólogo o caráter elitista da educação nacional que, mesmo declarando-se democrática, constitui-se de fato como um privilégio da elite do poder, enquanto que a grande massa, inclusive a população negra, enfrenta barreiras para ter acesso à educação e permanecer na escola.

Ainda que não haja nas obras de Florestan referências explícitas à questão da educação dos negros, pode-se entender que o processo de democratização da educação, que é objeto de estudo do autor desde a década de 60, poderia promover a inserção dos negros na sociedade como sujeitos, gozando de uma cidadania plena. (FOSTER, 2005, p. 146).

É importante que os excluídos, os oprimidos e os incultos tenham acesso aos bancos escolares. É na escola onde há a maior possibilidade de conscientização e mudança social. É nela que se pode eliminar a questão da desigualdade, inclusive a racial.

Florestan critica a seletividade presente na educação na década de 60. Ele a reconhece como um resquício de uma sociedade hierarquizada. Essa seletividade excluía também a

criança negra da escola. Esses grupos são os que mais sofrem, historicamente, ao se depararem com os mecanismos de seletividade na educação. (FOSTER, 2005, p. 147).

O papel de uma educação democrática no Brasil seria uma escola que promovesse a inclusão, que criasse mecanismos capazes de favorecer a permanência nela dos pobres, dos negros e de todos os oprimidos.

Pouca coisa mudou durante os últimos anos: os dados de 1987 da PNAD (BRANDÃO, 2003) mostram que da população ocupada nesse ano, 38,85% dos pretos (termo utilizado pelo IBGE) ganhavam até um salário mínimo; entre os pardos, o percentual chega a 35%; e, entre os brancos, a 18%. Nesse mesmo ano, 47% dos pretos e 51% dos pardos trabalhavam sem carteira assinada, enquanto os brancos nessa condição equivalem a 35%. A taxa de analfabetismo entre pretos e pardos maiores de 25 anos de idade era de respectivamente 35,2% e 33,6%; entre os brancos, era de 15%. A conclusão que se pode estabelecer com esses dados é que a raça é ainda uma variável fundamental para compreender a questão da exclusão social no Brasil.

O ponto a que se pretende chegar com este trabalho é mostrar que a exclusão racial, a discriminação sofrida pela população afro-descendente, e a escola antidemocrática são aspectos totalmente presentes na sociedade brasileira, ao longo de sua história. Muitas teorias foram elaboradas e acreditadas para camuflar o preconceito racial, mas hoje pode-se concluir que nenhuma delas acertou.

Por outro lado, analisar Florestan Fernandes permite entender a questão da participação do negro na formação da identidade do povo brasileiro, a importância que essa população tem na história do Brasil e torna possível constatar que, apesar de seu papel, essa parcela da sociedade sofre exclusões de diversas naturezas.

Quando se trata do que o sociólogo pensa sobre a função da educação na sociedade, com o seu poder de mudança social, constata-se que a educação tem, sim, a função e as armas para agir ativamente na sociedade com instrumentos de inclusão racial e com possibilidades de promover ações capazes de eliminar a discriminação racial não só nos bancos escolares como fora da escola também, impulsionando a sociedade rumo à educação democrática e, mais, à democracia social.

Referências

BRANDÃO, Andre Augusto Pereira. Raça, demografia e indicadores sociais. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). **Relações raciais e educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Cap. 2, p. 20 – 71.

CHINELLI, Filippina. Florestan Fernandes: Educação e compromisso com a mudança. In: FÁVERO, Osmar (org). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas: Autores Associados, 2005. Cap. 3, p. 56-77.

CUNHA, Marcus Vinicius. Ciência e educação na década de 1950: uma reflexão com a metáfora percurso. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 25, jan. 2004. ISSN 1413-2478

FERNANDES, Florestan. **Ensaio de Sociologia Geral Aplicada**. São Paulo, Pioneira 1960, p. 192-193.

_____. **A sociologia numa época de revolução social**. São Paulo, Editora Nacional 1963, p. 236.

_____. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus, 1966.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972 . p. 26 a 70.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978. v. 2. 3. Ed.

_____. **Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira**. 3.ed. São Paulo: DIFEL, 1979.

_____. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

FOSTER, Eugênia da Luz Silva. A questão racial e a educação democrática em Florestan Fernandes. In: FÁVERO, Osmar (org). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas: Autores Associados, 2005. Cap. 9, p. 134-148.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “RAÇA” em sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo: Universidade de São Paulo, vol. 29, n. 001, p. 93-107 jun 2003. ISSN: 1413-2478

IANNI, Octávio. A sociologia de Florestan Fernandes. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol 10, n. 26. jan 1996. ISSN 0103-4014

MARTINS, Carlos Benedito. Encontros e desencontros da sociologia e educação no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 18, n. 53, out 2003. ISSN 0102-6909

MATUI, Jiron. **Cidadão e professor em Florestan Fernandes**. São Paulo: Cortez, 2001.

MULLER, Maria Lucia Rodrigues. Professoras negras no Rio de Janeiro: historia de um branqueamento. In: OLIVEIRA, Iolanda de (Org.). **Relações raciais e educação: novos desafios**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. Cap. 3, p. 74 – 106.

SANTOS, Marco Antonio Carvalho. Educação e democracia no pensamento de Florestan Fernandes na década de 1960. In: FÁVERO, Osmar (org). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas: Autores Associados, 2005. Cap. 5, p. 88-95.

SAVIANI, Dermeval. **Florestan Fernandes e a Educação**. São Paulo: Estudos Avançados, 1996. v.10, n.26.

SILVA, Andreia Ferreira. Florestan Fernandes e a Educação Brasileira nas Décadas de 1950 e 1960. In: FÁVERO, Osmar (org). **Democracia e educação em Florestan Fernandes**. Campinas: Autores Associados, 2005. Cap. 4, p. 80-86.

Legislação consultada:

- BRASIL. Decreto-Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003, estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Disponível em <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 05 mar. 2005.

- BRASIL. Decreto-Lei n. 9.394/96, de 21 dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Disponível em <[http:// www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)>. Acesso em 05 mar. 2005.

- BRASIL. Parecer Homologado do Decreto-Lei n. 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de maio de 2004. Disponível em <[http:// www.in.gov.br](http://www.in.gov.br)>. Acesso em 15 mar. 2005.